

EDITORIAL

Uma das questões de maior interesse hoje no campo das políticas públicas é a de saber em que medida legislações e projetos têm atingido os seus alvos, transformando as situações que lhes parecem carecer de intervenção pública e/ou privada. Este tipo de indagação é forte em diversas subáreas dos estudos de gênero, sendo a da violência contra a mulher uma das principais. É sobre isso que o primeiro artigo desse número da revista trata ao indagar a respeito do impacto da Lei Maria da Penha nas taxas de violência doméstica em nosso país no período que compreende os anos de 2006 a 2020. Realizando uma análise sistemática da literatura a este respeito, o artigo oferece bons *insight* sobre a questão, evidenciando a inexistência de nexos causais diretos e mecânicos entre aquela Lei e aquilo sobre o que ela pretende intervir.

Essa discussão avança neste número, indo da reflexão teórica para uma reflexão sobre os limites e possibilidades do ensinar a não ser violento. Tomando a escola como um espaço possível de construção de equidade de gênero, as autoras do artigo “Intervenção nas escolas: atuação da psicologia na prevenção à violência contra a mulher” nos oferecem uma leitura dos avanços, atravessamentos e possibilidades de realização de oficinas de reflexão sobre o tema com alunos e professores(as) nas quais a prevenção é o cerne. Alguns outros artigos deste número guardam uma relação de complementariedade com este. É o caso de “Violência processual de gênero: quando o processo reforça a violência contra as mulheres”, o qual mostra a existência do uso “abusivo do processo, como forma de violência contra a mulher, seja pela propositura de excessivas ações judiciais, seja utilização de manobras impróprias no trâmite processual.” Assim, entre avanços e retrocessos, caminham os esforços para a construção de uma sociedade mais igualitária do ponto de vista das relações de gênero. Para tanto, a educação desempenha um papel fundamental em todos os níveis de ensino, o que não é uma tarefa fácil como bem nos mostra o artigo de Silvana Fernandes Mariz sobre o ensino das relações de gênero em uma universidade interiorizada e internacionalizada. Não que este tópico de ensino não apareça até mesmo em propostas eleitorais, mas permanecem muitas vezes sendo discutidos de forma secundarizada. Outras iniciativas dignas de nota são os “Observatórios com perspectiva de gênero ou sobre as mulheres no Brasil” que foram mapeados no artigo assinado por Marina Alves Amorim, Maria Clara Mendonça Maia e Julye Beserra. Nesta, como em outras iniciativas, os resultados são distintos, variando do desmonte à plenitude.

Outro bloco de discussões deste número está associado às chamadas sexualidades dissidentes. Ainda que de pontos de vista disciplinares diferentes e examinando temáticas distintas, os artigos “Inequality under the roof? An analysis of material living conditions according to sexual orientation” e “Estratégias discursivas em resposta ao ativismo digital de Erika Hilton em relação à união homoafetiva” mostram disparidades no usufruto de direitos entre indivíduos heterossexuais e homossexuais no Brasil hoje.

Outros temas, a exemplo da solidão das mulheres negras, maternidade de mulheres migrantes e os impactos dos vieses algorítmicos na desigualdade de gênero, também são abordados neste número da revista, os quais esperamos possam contribuir para novas reflexões sobre justiça e igualdade em nosso meio.

Editor-Chefe

Professor João Bôsco Hora Góis
Universidade Federal Fluminense

Editoras

Professora Kamila Cristina da Silva Teixeira
Universidade Estadual do Paraná

Professora Sidimara Cristina de Souza
Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri